DIREITO ELEITORAL NO BRASIL

Autor(res)

Suelen Alves Caldeira
Carine Silva Diniz
Eduardo Augusto Gonçalves Dahas

Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

Instituição

FACULDADE ANHANGUERA DE RIBEIRÃO DAS NEVES

Introdução

O direito eleitoral brasileiro regula o processo de escolha dos representantes, definindo normas que organizam as eleições e estabelecem a relação entre eleitores, candidatos e partidos. O Código Eleitoral (Lei nº 4.737/1965) é o principal marco jurídico que define desde o alistamento de eleitores até a apuração dos votos. Além disso, ele estabelece penalidades para práticas ilegais, como compra de votos, uso indevido da propaganda eleitoral e outras irregularidades. A correta aplicação dessas regras é fundamental para garantir que o processo eleitoral seja justo. Isso fortalece a confiança no sistema democrático e assegura a participação efetiva dos cidadãos na escolha de seus representantes.

Objetivo

Analisar os principais aspectos do direito eleitoral brasileiro, com foco no Código Eleitoral e sua importância na promoção de eleições transparentes e justas.

Material e Métodos

O estudo baseia-se na análise detalhada de disposições do Código Eleitoral, com destaque para os artigos 1º, 224 e 299. O artigo 1º estabelece os princípios fundamentais do processo eleitoral; o artigo 224 trata da nulidade de eleições em casos de fraude; e o artigo 299 aborda a punição de crimes eleitorais, como a compra de votos. A análise inclui também decisões recentes do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), que exemplificam como essas normas são aplicadas na prática. O método adotado foi o jurídico-analítico, com ênfase na interpretação da legislação e da jurisprudência eleitoral, explorando como a Justiça Eleitoral tem enfrentado desafios na comprovação de crimes, especialmente em áreas remotas.

Resultados e Discussão

O Código Eleitoral oferece mecanismos rigorosos para assegurar a integridade do processo eleitoral. O artigo 299, que combate a compra de votos, é um dos pilares no enfrentamento à corrupção eleitoral. Já o artigo 224, ao prever a anulação de eleições com mais de 50% de votos nulos por fraude, garante a legitimidade do resultado eleitoral. No entanto, a aplicação dessas regras enfrenta obstáculos práticos, como a dificuldade de comprovação

de crimes em regiões de difícil acesso. Ainda assim, a atuação contínua da Justiça Eleitoral, junto à modernização dos mecanismos de controle, é crucial para fortalecer a confiança no sistema eleitoral.

Conclusão

O Código Eleitoral desempenha um papel crucial na garantia da transparência e da justiça nas eleições brasileiras. Embora a aplicação de certas normas enfrente dificuldades, principalmente em relação à comprovação de fraudes, o papel da Justiça Eleitoral é fundamental para preservar a integridade do processo democrático. A modernização contínua do sistema é essencial para aprimorar essa proteção.

Referências

BRASIL. Código Eleitoral (Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965). Disponível em: https://www.planalto.gov.br
DECISÕES DO TSE. Tribunal Superior Eleitoral. Disponível em: https://www.tse.jus.br.